

CAPÍTULO IV

COMO SALVAR A PÁTRIA ?

Sob o título **Salvação da Pátria (Governo Republicano)**, há dois opúsculos de Silva Jardim, nos quais ele procura demonstrar as soluções para salvar sua tão amada Pátria, que, a seu ver, perigava em mãos da dinastia dos Bragança e Orléans.

O primeiro, transcrevia sua conferência feita no Clube Republicano de São Paulo, na noite de 7 de abril de 1888 (que será objeto de nossa análise), sendo impresso em Santos, na tipografia do “Diário de Santos”, com quarenta e oito páginas, tendo sido também publicada em “O Paiz”, do Rio de Janeiro, de 25 a 30 de agosto de 1888 e 3, 7, 16, 17, 20 e 27 de setembro do referido ano. A edição era de 4.050 exemplares. Encontramos também sua transcrição em “A Província de São Paulo”, na “Pátria Paulista” (ambos de São Paulo) e na “República Federal”, da Bahia.

Quanto ao segundo opúsculo, com mesmo título e sub-título, continha o discurso realizado no Congresso Republicano de São Paulo, na noite de 24 de maio de 1888, também impresso em Santos, na mesma tipografia, com dezessete páginas, e com edição anunciada de 2.000 exemplares.

Inicia Silva Jardim seu pronunciamento, fazendo ver aos que lhe ouviam, o significado histórico do dia 7 de abril, mostrando-lhes o valor dos antepassados, que, insatisfeitos com o regime absolutista do Imperador, o haviam forçado a abdicar de seu trono, ao mesmo tempo em que elogiava a atitude do Clube Republicano de São Paulo, por haver escolhido tal dia, para que todos tomassem conhecimento dos abusos que naquele momento o Império Brasileiro fazia contra a Pátria, contra o povo, mostrando-lhes que a própria evolução da Humanidade era a de caminhar para o regime republicano, repetindo nesta sua afirmação sua crença na filosofia positivista quando afirmava: “E concluamos afinal, senhores, que, bem como na materialidade e na vida vegetal e animal o repouso é par do movimento, a estrutura é simultânea do crescimento, nas sociedades, — que a sã razão teórica indica, a observação dos tempos e dos indivíduos o confirma — nas sociedades a fixidez é condição de marcha, a estabilidade condição de progressão real, que não simples mudança, a

Ordem coexiste com o Progresso, não sendo o Progresso mesmo outra coisa mais que o desenvolvimento da Ordem".¹

É de suma importância a análise que faz do fetichismo, do politeísmo e do monoteísmo, mostrando que o fetichismo nada mais fora do que a época em que o homem venerara a matéria, dando-lhe vida e alma, enquanto que, no politeísmo, procura demonstrar um princípio bastante conservador, autoritário com termos políticos, regime de corporações, caracterizando, que a passagem do politeísmo para o teocratismo, fora progressiva.

Já com o monoteísmo, embora o aponte como elaborado pelo gênio teocrático de Moisés, seria com São Paulo que constituir-se-ia o catolicismo para disciplinação dos sentimentos humanos, mostrando, contudo, que fora com o advento do Feudalismo e da Cavalaria Medieval que realmente se estruturaria a emancipação da mulher e do trabalhador, embora estivesse tentando mostrar que esse monoteísmo estava totalmente sem possibilidades de sobrevivência, já que novas tendências sociais, econômicas e políticas haviam surgido, demonstrando que o elemento local e o central do governo encontravam em choque, fazendo com que as raízes populares vencessem a aristocracia. "Sim, Cidadãos, a evolução da História nos leva ao regime da atividade pacífica dirigida por crenças demonstradas: a Ciência substitui a Teologia, porque a demonstração sucede à revelação; a Indústria elimina a Guerra, porque a direção toma o lugar do comando. Sim, Cidadãos, a marcha humana nos leva ao governo do homem sobre o próprio homem; a substituição da aristocracia, pela nação; do súdito, pelo cidadão; do velho regime, pelo novo; nos leva, enfim, ao governo republicano".²

Tece, depois, considerações sobre a América pós-independente, salientando os grandes heróis, os mortos benfeitores da Pátria, incitando-os, para que fossem estes um exemplo à geração presente, numa síntese muito bem dirigida, demonstrando, sempre que possível, o triunfo das massas, o espírito de justiça dos espíritos construtores de nossa nacionalidade, que procuravam sempre a Liberdade, e não a Monarquia, que, a seu ver, era um mero acidente em nossa História, já que era anti-liberal, e que o próprio movimento de 1822 o fora de caráter revolucionário e republicano, e que tais idéias sempre continuaram no país, mesmo após a abdicação de Pedro I (seria o caso, por exemplo, dos movimentos ocorridos em Pernambuco, na Bahia, no Ceará, no Maranhão, no Pará, em Mato-Grosso, no Rio Grande do Sul, e de tantos outros...), sempre com o mesmo intuito.

(1) JARDIM, Antonio da Silva. *Salvação da Pátria (Governo Republicano)*. Santos, Tipografia do Diário de Santos, 1888, pág. 7.

(2) JARDIM, Antonio da Silva - *Salvação da Pátria (Governo Republicano)*, págs. 13/14.

Mostra-lhes, depois, que o ardor revolucionário, pareceu amainar-se, não porque convictos da lei infalível da evolução progressiva da Humanidade, mas, porque, época de estagnação e putrefação, onde a nação se satisfiz com uma paz aparente, servil, falseada pelo Poder Moderador, pelo domínio do clero (já que este funcionava como uma verdadeira instituição, e não a Igreja como tal...), por uma religião, conseqüentemente, hipócrita, e pela verbosidade dos bacharéis em Direito.

Mas, na sua crença de que a lei do progresso é uma fatalidade que não se interrompe, a Pátria continuou a caminhar para o regime republicano, principalmente com o advento da liberdade religiosa e pelo próprio espírito de fraternidade social, sem se falar na guerra do Paraguai, em sua última fase, que veio realmente dar um caráter cívico à nação, e a própria campanha abolicionista, que passa da tribuna e da imprensa às ruas, tocando até às classes dirigentes da sociedade, e o então recente Partido Republicano, tornando sua a questão, pela solene declaração de Campos Salles, na cidade de Santos.

Prossegue mostrando ao povo os nefastos danos que a Monarquia sempre trouxera ao Brasil, desde os tempos de D. Manuel o Venturoso, que nos impôs a colonização com degredados, que ele, Silva Jardim, considerava os piores elementos da época em Portugal. Sabemos, contudo, que nessa afirmação há grande exagero, pois o excelente artigo da Profa. Emília Viotti da Costa³, nos demonstra que não só de degredados nossa terra foi povoada, como também os crimes por eles cometidos, na sua maioria, os eram de ordem sexual ou religiosa.

Assinala ainda o propagandista republicano, que o início do Governo-Geral no Brasil, foi então taxativo, no sentido de nos determinar a escravidão, mostrando o egoísmo dessa geração, que só poderia ser perdoável pela grande generosidade de que é possuidora a raça negra. Refere-se também de maneira impulsiva à destruição dos índios, ao tempo de D. Sebastião, para depois, então, com violentas palavras atacar a época de D. João V, que preparou, ao seu ver, a miséria do país, pelos tesouros carregados à Metrópole portuguesa. E com a queda do Marquês de Pombal, completar-se-ia, então, a nossa desgraça, nas palavras de Silva Jardim, pois, com a rainha D. Maria I, é sacrificado o grande herói da nossa liberdade política — Tiradentes —, para depois culminar com a ruína do nosso erário público à época de D. João VI.

Essa herança nefasta, repetimos, no entender de Silva Jardim, não poderia deixar de ser transmitida aos nossos imperadores: Pedro I e Pedro II. Pois, com o primeiro Imperador, o despotismo para com a nação, que o acolhera de braços abertos, é intolerável; e com o segundo

(3) "Primeiros povoadores do Brasil. O problema dos degredados — Revista de História. São Paulo, nº 27: 3 — 24, 1956.

Imperador, a política fraca para desenvolver qualquer nação, caracterizada sempre pelo egoísmo, pela sua vaidade pessoal, pela sua inércia.

“... Não há dele nenhum livro, ou uma descoberta; nenhum poema, ou um quadro; nem verdadeiras relações de amizade internacionais; nem uma instituição boa; nem empresas; nem vitórias; nem leis; nem atos de bondade, nem de virtude: instituiu o pedantismo científico e artístico, uma escola inútil, e a má vontade entre o Brasil e as repúblicas platinas; continuou o regime de abandono das províncias, foi até Uruguaiana, manteve a escravidão, maltratou os amigos, e criou-se uma reputação dúbia para homem de lar...

Corromper foi sua divisa; corromper inteligências, sofismando teorias: “também era republicano, aplaudia o positivismo, era abolicionista”, dizia; corromper caracteres e corações. Nem mesmo “touriste” foi: caminhava, não viajava porque de suas viagens nada se aproveitou: vindo de nações adiantadas, caminhou sempre na retaguarda da sua nação, que quis deixar monárquica, clerical, e com escravos. Foi, entretanto, ingrato para com os sustentáculos do trono, mandou prender bispos e enganou aos lavradores: sempre o capricho de criança, que devia terminar na demência de velho...”⁴

Isto significa dizer, para o nosso propagandista, que todo o progresso que o Brasil apresentou, era unicamente devido à nossa fortíssima natureza, resultante da miscigenação dos três básicos elementos formadores da nossa sociedade: o branco, o negro e o índio, que, sós, mantiveram a integridade do território, apresentando desde 1640 tentativas de emancipação, que, aos poucos, fortaleceram o espírito de liberdade que se foi multiplicando. “Contra a resistência passiva dos nossos monarcas, e dos nossos governos, nos fizemos homens para a Fraternidade, para a Ciência, e para o Trabalho: Amor, Ordem e Progresso. Honra nos seja: mas a nós somente, somente a nós!”⁵

Daí, ao tentar mostrar que o verdadeiro progresso se caracterizava pela paz industrial e pela exploração científica do território, através de um trabalho consciente e livre, notar que a herdeira do trono não correspondia a estes anseios, porque “se Isabel I é o escapulário, Gastão I é o chanfallo”.⁶

Quanto a Pedro II, achava que nem mais o que falar teria, pois, se nada fizera no seu longo reinado, quanto mais agora, excursionando pela Europa, com tanta agitação no país, onde corriam boatos, os mais variados, de sua insanidade e de sua abdicação, e ele, como sempre fora, totalmente alheiado à realidade brasileira, aos nossos negócios, fazendo

(4) JARDIM, Antonio da Silva. *Salvação da Pátria (Governo Republicano)*. pág. 33/34.

(5) JARDIM, Antonio da Silva — *Salvação da Pátria (Governo Republicano)*. pág. 35.

(6) Idem, pág. 36.

literatura provençal, enfim, totalmente inutilizado para a vida pública.

Passa, então, a focalizar o casal D'Eu, repetindo para Isabel a sua ignorância, fragilidade e futilidade, a sua "carolice", e para o Conde, recordando os aspectos negativos de sua família, cujos príncipes, que foram candidatos a tronos, se viram desalojados pelo novo espírito da época, que os repeliu violentamente, e com acerto. Mostrava, então, ao povo, que seu casamento com a herdeira do trono brasileiro, fora-lhe um excelente negócio, já também por ser clerical, belicoso, atrevido, ter as mesmas pretensões de um monarca com direitos divinos, supondo-se, de sangue superior aos demais homens, propondo a militarização como lema ideal para a vida de um país, fato, aliás, que ele já teria dado provas na fase final da Guerra do Paraguai, forçando o alistamento militar, além de ser um grande especulador, em seu proveito, fato também já comprovado, em relação ao aluguel de casas aos miseráveis.⁷

Prosseguindo ainda mais veemente em suas palavras, relembra o incidente do processo da Câmara de São Borja, por solicitar a revisão constitucional, além de querer impedir a representação do Brasil no Centenário da Revolução Francesa.

Diante da impossibilidade de uma conciliação com essa família e de afirmar que a nação brasileira, pelos seus antecedentes, estava realmente preparada para a instituição da República, principalmente se lembrarmos, que os jovens das capitais (referindo-se principalmente aos acadêmicos), bem como o sertanejo, eram já pensadores livres, já que grande parte dos agricultores eram maçons, enquanto que o advogado, o funcionário público, o parlamentar, os ministros em geral, os coronéis da Guarda Nacional eram profundamente céticos, mas, pelas conveniências de sua posição social, seguiam a religião católica, embora a julgassem muito boa para as mulheres e para o povo, incluindo aí o próprio clero, onde os mais esclarecidos, de há muito, já eram revolucionários. "... Tal é, em resumo, me parece, a situação mental da consciência dos brasileiros: o espírito de emancipação de concepções fictícias prevalece geralmente em todas as classes, o que não impede que predomine na massa da nação o culto fetichista pelas imagens católicas, a semi-emancipação metafísica caracterizada pela crença na divindade e na imortalidade da alma nas classes diretoras, e, na geração atual a emancipação plena, já materialista, já positivista: na prática, porém, a mais completa liberdade de pensamento: condição primeira do regime republicano".⁸

(7) A Mordomia do Palácio Isabel, na pessoa do mordomo Guilherme Carlos Lassance, procura defender as acusações que há muito S. A. recebia, numa carta que envia ao jornal "Gazeta da Tarde", do Rio de Janeiro, pedindo que a mesma fosse divulgada, com idêntica publicidade que tornara pública as infâmias já ditas sobre S. A. A carta foi publicada a 7-6-1889, à página 2, no nº 153 do referido jornal, onde questões sobre se S. A. era ou não dono de cortiços, de pedreiras, de capinzais, entre outras, foram ventiladas.

(8) JARDIM, Antonio da Silva. *Salvação da Pátria (Governo Republicano)*, pág. 41/42.

Declarava, pois, solenemente ser a Monarquia Brasileira um fato isolado na civilização, por não possuir sequer um conjunto de crenças, de instituições, de costumes ou mesmo de sentimentos, que lhe dessem a segurança indispensável à sua manutenção. Analisando a nossa Carta, revela que, quando menciona ser o nosso Imperador feito “por graça de Deus”, tal afirmação é totalmente errônea e falsa mesmo, pois, entre nós, a Igreja nunca dominou como instituição, já que os jesuítas que constituíram a base de toda a nossa formação, eram padres desprestigiados, excessivamente retóricos e apregoadores de uma vã oratória; quando ainda a Carta se refere que nosso Imperador o é “por aclamação dos povos”, é mais falsa ainda, pois, até aqui jamais o povo interveio diretamente na política, já que o partidarismo sempre revestiu as camadas inferiores da população quando chamadas ao exercício do voto, onde agiam como que numa dedicação aos chefes; e quanto aos bacharéis em Direito, principalmente, a ambição de uma ascensão social os deixava igualmente levar-se. Daí concluir que no Brasil poderia haver, sim, dois partidos: o dos liberais e o dos conservadores; porém, monarquistas nunca os houve.

Termina sua conferência, dizendo:

“Eu, Senhores, direi que sou pela República Brasileira, se bem que o meu alvo, terminante e fixo, seja a separação do Brasil em muitas Repúblicas. Após a independência americana, cisão de dois povos unidos pela língua e pelo culto, viu-se que começava a deslocação contínua e irrevogável dos grandes estados; e o Brasil está neste caso, pela sua exorbitante extensão. Mas eu quisera, primeiro, um conjunto de reformas gerais para toda a comunhão; eu quisera, enfim, Senhores, a unidade, para a separação; nem julgo possa ser isto utopia.

Nós podemos, pois, ter a República: estamos para ela preparados, e devemos procurar tê-la o mais breve que nos for possível, pois, o momento certamente é solene na vida da Pátria. Não é ocasião ainda de dar à República completo programa; direi apenas, sob o ensino da luz sociológica, que poderemos ter então – e infelizmente parece que só então! – uma Pátria com a consciência livre no estado livre, separação do poder temporal e do espiritual; da igreja e do estado; com a reforma do ensino oficial, o derramamento do ensino primário, e o verdadeiro ensino livre; com as instituições civis de nascimento, casamento e morte; com a liberdade de exposição e discussão garantida nos Códigos. Só, então, teremos uma Pátria em que a Indústria, e as indústrias, adquiram pleno desenvolvimento, nobilitando-se todo o trabalho; em que seja convenientemente explorado um tão belo e vasto território; em que seja politicamente melhor dividido, melhor administrado, já quanto ao pessoal, já quanto aos processos de ação, descentralizadores, que não ferrenhamente centrais; Pátria com melhores representantes, melhormente distribuídos pelas zonas; com melhor legislação, corrigida a existente, e organizada a codificação civil com a harmonia das leis e dos costumes; em que sejam claros e amigos os limites com os povos irmãos, fixa só então a fraternidade americana. Pátria, em que, principalmente, Senhores, todos se sintam livres e felizes: mera hipótese, a guerra; em que o exército se transforme em gendarmeria,

segurança interior que não ameaça externa: em que, afinal, se caminhe para este alvo de toda a ação moderna: incorporar o proletariado, até aqui acampado na Sociedade, à sua grande existência, estabelecendo a paz industrial, a fraternidade humana, o progresso geral! Para tudo isso, Senhores, só há um caminho: a República! e para isso, Senhores, pois que a Pátria está em perigo de tudo isso perder, salvação única: — a República! a República!⁹

A todo momento, também, procura incitar o Partido Republicano a partir para uma ação mais efetiva e ativa, do que pacífica como se vinha mostrando desde a sua fundação; achava que o partido deveria por de lado todo esse seu programa meramente evolutivo e preparar-se para a ação imediata, já que acreditava que, para completar as leis, as vontades são necessárias, e, em sendo o homem um dos agentes da evolução social, somente a ele caberia a transformação política efetiva das instituições, bem como dos atos. Eis igualmente o porquê de achar utopia banir do organismo social a revolução, que, é, em última análise, o supremo recurso do proletariado asfixiado pela riqueza, porém, superior pelo seu número e poder moral.

Já tivemos oportunidade de mencionar, quando analisamos o pensamento político geral de Silva Jardim, que, para ele, Revolução, politicamente falando, era o levantamento da massa de um país, ou de parte desta, para derrubar uma instituição, obsoleta que nada lhe estivesse dando, através das armas, ou de pronunciamentos nos parlamentos, na praça pública, na imprensa, enfim, em todos os locais e por todos os meios que comunicassem a idéia a todos os oprimidos. Daí, conseqüentemente, repetir sempre que o sentimentalismo é perdição em política, já que o ideal pela Pátria deveria ser o objetivo de todo cidadão consciente e livre. Neste sentido é que tornamos a insistir, que Silva Jardim chega a uma formulação análoga à de Karl Marx, quando reconhece que existem “leis sociais” que não podemos desconhecer ou delas fugir, e que a atividade consciente dos homens pode “acelerar ou retardar” essa marcha da evolução social.¹⁰

Por outro lado, como também claramente se pode observar nesta conferência de Silva Jardim (e em todas as demais), ele tinha consciência de que a simples queda da Monarquia não resolveria todos os problemas de ordem sócio-econômico do país, já que propunha mudanças radicais posteriores.

Contudo, com a comparação que fizemos, não estamos afirmando que Silva Jardim tivesse tido alguma ligação direta com as obras de Marx ou mesmo com o Movimento operário internacional;

(9) JARDIM, Antonio da Silva — *Salvação da Pátria (Governo Republicano)*, págs. 47/48.

(10) Ver: Marx et Marxisme: “*Choix de Textes Fondamentaux de Karl Marx, F. Engels Lenine...*” Ed. Sociales, Paris, 1953, pag. 14.

simplesmente acreditamos que, em seu pensamento há uma identidade com o marxismo, no sentido de achar seus próprios meios e métodos para a Revolução Republicana Brasileira, meios necessários à execução de uma política orgânica, muito embora o propósito revolucionário sempre impeça que a racionalidade se torne absoluta. E o pensamento marxista nele surge como uma tentativa de racionalizar o irracional, muito embora esta sua afinidade com o marxismo fosse apenas uma semelhança inconsciente, provocada pela situação histórica.

E para que o povo não se mantivesse apático ou como uma massa passiva, impunha-se envolvê-lo institucionalmente nos mecanismos de organização, de funcionamento do poder político e, ao mesmo tempo, libertá-lo da submissão dos interesses particularistas.

O pouco êxito nesta direção por ele proposta, explica-nos, em parte, as crises sucessivas que pontilharam a agitada evolução do Estado Republicano posteriormente ao 15 de novembro de 1889.

No segundo discurso — **Salvação da Pátria** — tomaria Silva Jardim uma posição francamente revolucionária contra a ordem sócio-político-econômica em que se encontrava o país, encorajado sobremaneira pelo discurso proferido por Rangel Pestana e pelas próprias resoluções adotadas pelo Congresso, e que foram expostas ao público pelo novo Manifesto do Partido Republicano Paulista.

Focaliza, embora acreditasse que o Partido Republicano Paulista não fosse de “parola”, e nem de “revolução”, que o momentourgia que esse partido, sem perder de vista sua linha evolutiva, devesse compreender bem o que seria essa revolução.¹¹

Demonstra então que o homem é um agente da evolução social, e por sua ação e concurso direto e objetivo, pode transformar as instituições de um país, e, portanto, nem mesmo a “evolução humana no seu apogeu de aperfeiçoamento poderá excluir a Revolução”¹², já que, a seu ver, a última etapa de um processo evolucionista é mesmo o ato revolucionário.

Por isso chamava a atenção de todos “evolucionistas”, que seria erro dos mesmos pensar que qualquer mudança política poderia ser efetuada sem um ataque cabal ao Império. Tal fato era totalmente diferente, por exemplo, do que ocorrera com a abolição da escravidão, pois era apenas uma reforma social, que, embora colocasse o trono em perigo, este poderia ainda sobreviver. Mas, no caso de uma reforma política, onde o próprio trono seria o atacado, este deveria sossobrar. E era por isso mesmo que a revolução política, a seu ver, precisaria ser feita nas ruas, em

(11) JARDIM, Antonio da Silva: — **Salvação da Pátria (Governo Republicano) . Segundo Opúsculo (Suplementar) A Revolução.** pág. 7.

(12) Idem, pág. 8.

volta dos ministros, do próprio imperante, e não nas fazendas ou nos quilombos, como fora feita a revolução abolicionista.¹³

Via a idéia republicana como uma causa individual, já que as idéias fazem parte das próprias pessoas, e os homens seguem, em verdade, as leis fatais da organização humana.¹⁴ Daí propor sempre que jamais pretendeu transportar para o seu país o que não fosse possível de ser assimilado pelo povo, mas, sim, aquilo que pudesse ser realmente adaptado às nossas condições, muito embora julgasse possível imitar os norte-americanos no seu progresso material, no seu espírito de iniciativa, no seu espírito industrial e de trabalho¹⁵. Porém, com relação à Constituição Republicana, ela jamais poderia ser a imitação de um povo radicalmente diferente do nosso, sobretudo pela educação cívica.

Pelas imperfeições do sistema eleitoral então vigente, por uma política irresoluta e vacilante, experimentada pela ausência completa de iniciativas, pela confusão do Imperador com o trono, amargurados por seus desastres pessoais, nos últimos anos, é que, freqüentemente os monarquistas passaram a apoiar o Partido Republicano. À guisa de exemplificação lembraríamos o caso de inúmeros senhores de escravos negros, homens de importância política no Império, que abandonaram a Monarquia por volta de 1871, e em 1888/89, pelo fato de observarem que o Imperador apoiava o movimento Abolicionista, e, por despeito, diríamos mesmo, por vingança, declararam-se inimigos de D. Pedro II. O próprio Barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley), conservador que fora, primeiro ministro de agosto de 1885 a março de 1888, quando fora do cargo, simpatizou-se igualmente com a causa republicana.¹⁶

Por outro lado, também os liberais eram ainda mais inclinados a apoiar os republicanos. Em verdade, no entanto, quando seu partido voltava ao poder, namoravam novamente a Monarquia; mas, suas derrotas temporárias enfraqueciam, isto sim, cada dia mais, a estrutura monárquica.

Daí, ser realmente muito natural o aparecimento de um novo partido, revolucionário que, como um verdadeiro elixir, tentava salvar o país, implantando a República.

Rapidamente poderíamos esboçar um quadro genérico da fundação do Partido Republicano, para melhor compreendermos a posição e atuação de Silva Jardim, como o grande líder do movimento republicano revolucionário.

O Partido Republicano foi fundado no Rio de Janeiro, em 1870, débil, dirigindo apelos a um país sem uma verdadeira

(13) JARDIM, Antonio da Silva — **Salvação da Pátria (Governo Republicano). Segundo Opúsculo (Suplementar). A Revolução.** págs. 15/16.

(14) JARDIM, Antonio da Silva — **Pela República contra a Monarquia. Conferências Populares.** Rio de Janeiro, Tip. da Gazeta de Notícias, 1889, pág. 6.

(15) Idem, pág. 18.

(16) JARDIM, Antonio da Silva — **Memórias e Viagens, I.**, pág. 263.

conscientização política, tendo habilidade sempre para aproveitar-se das situações de crises (que não foram poucas), que assaltaram a Monarquia em seus últimos anos.

O Manifesto de 3 de dezembro de 1870 e o jornal "A República", constituíram, por assim dizermos, a primeira realização mais importante do republicanismo no Brasil, entre os anos de 1870/1889.

Em janeiro de 1875, fundava-se o Clube Republicano Federal, para substituir o extinto Clube de 1870, sendo que os membros do novo Clube deram sua adesão não só ao Manifesto de 1870, como também prometeram fidelidade ao Partido.¹⁷

Com a queda do governo conservador, em 1878, e a subida do Partido Liberal (diga-se de passagem, pela primeira vez, em dez anos), fora outra prova dura que os republicanos tiveram pela frente. Aliás, um dos fatores da formação do Partido Republicano, em 1870, fora justamente o desgosto que os liberais sentiram quando o seu Partido fora derrubado do poder, pelo Imperador, em 1868.

Qual seria então a atitude do Partido com o novo governo, já que a maioria dos republicanos do Rio de Janeiro não mais pertencia às fileiras liberais, e nos últimos oito anos, o Partido tivera relações políticas com os liberais ?

Durante o regime conservador, já que os dois partidos pertenciam à oposição, nada mais natural que uma cooperação mútua. Mas agora, o Partido estava enfrentando um dilema: ou o ideal de uma república, como objetivo imediato, recusando a colaboração dos liberais, ou então trabalhar com amigos e ex-aliados políticos, a favor das reformas advogadas por ambos os partidos. Daí a reunião ocorrida no Rio de Janeiro, a 19 de março, para tratar do problema. Aristides Lobo achava que a posição do Partido deveria continuar a mesma, ou seja, a de 1870, criticando os republicanos (especialmente de Minas Gerais), achando que o estabelecimento da República deveria ser pacífico.

Tal atitude, enfraquece momentaneamente o Partido e a dissensão dentro dele não foi vencida facilmente, principalmente pela atitude de Quintino Bocaiúva, que queria trabalhar em prol de reformas, porém, sem comprometer, no processo, o seu republicanismo, sem effim, a moderação exagerada adotada pelo grupo de Minas Gerais.

Foi apenas em 1886 que o Partido Republicano saiu um pouco de sua letargia, quando em junho, fora feita uma tentativa de organização, fundando-se um comitê executivo e uma assembléia constitucional, sendo

(17) Ver: Papéis do Clube Republicano, classificados como manuscrito 1159, nos Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Transcrito por Boehrer, George C.A. — *Da Monarquia à República*. op. cit., pág. 41.

que esta era composta de vinte e um membros, dentre os quais salientamos Saldanha Marinho, Magalhães Castro, Bocaiúva, Patrocínio, Álvaro Chaves, e outros.¹⁸

Durante o ano de 1887 novos clubes foram fundados, tornando-se muito mais intensa as atividades, sendo que em dezembro deste ano, esses clubes atingiam o número de nove.¹⁹

Foi notoriamente no ano de 1888 que ocorreram violentas dissensões, em parte oriundas da candidatura de Quintino Bocaiúva a uma eleição parcial no primeiro distrito, para a Câmara dos Deputados. A campanha abolicionista estava em todo seu auge, e os republicanos abolicionistas não queriam que o Partido deixasse de tomar parte nas eleições, e, muito embora Quintino Bocaiúva esposasse tais idéias, não quiseram os republicanos dar a ele seu apoio: teve Bocaiúva apenas os votos dos republicanos intransigentes (108 votos), enquanto que seu adversário, Ferreira Viana, obteve 1347 votos.²⁰

Neste momento, quando o Partido Republicano voltou contra a Princesa Isabel sua propaganda, José do Patrocínio abandonou os republicanos, tornando-se um dos mais ardorosos defensores e admiradores de D. Isabel. Daí toda a desordem do Partido Republicano do Rio de Janeiro quando da Abolição.

É este o momento que Silva Jardim tornar-se-ia mais popular orador republicano e revolucionário declarado no Rio de Janeiro, encontrando, pelo menos, cinquenta adeptos que também desejavam a revolução para instaurar a República.²¹

Via de regra os republicanos não foram molestados em suas campanhas, a não ser pela Guarda-Negra (organização de ex-escravos que agora advogavam a causa da Princesa Imperial), que chegou a interromper um comício no qual Silva Jardim deveria falar.²²

Na primeira fase das famosas excursões de propaganda de Silva Jardim, em 1888, visitando a província do Rio de Janeiro, deu grande impulso ao movimento, que com a Abolição dos escravos, ocorrida a 13 de maio, tinha agora melhor perspectiva. Em novembro deste ano, graças aos

(18) *A Revista Federal*, I, nº 2, Rio de Janeiro, junho 30, 1886, pág. 6/7.

(19) *A Gazeta Nacional*. Rio de Janeiro, dezembro 18, 1887.

(20) *O Diário Popular*, São Paulo, Abril 23, 1888.

(21) Juntamente com Silva Jardim, citaríamos os nomes de Cândido Barata. Ubaldino do Amaral, Sampaio Ferraz e Esteves Júnior, que estariam encarregados de reorganizar o Partido em 1888. *O Paiz*, Rio de Janeiro, outubro 30, 1888.

(22) Tal comício deveria ocorrer na Sociedade Francesa de Ginástica, no Rio de Janeiro, e em carta dirigida a *O Paiz* e ao Partido, Silva Jardim atacou violentamente José do Patrocínio, chamando-o de traidor e de Judas, pois, acreditava-se que ele criara a Guarda-Negra, como uma forma de reprimir o republicanismo. *O Paiz*, Rio de Janeiro, janeiro 6, 1889.

esforços de Silva Jardim, os representantes republicanos, nas municipalidades das províncias, reuniram-se no Clube Tiradentes, no Rio de Janeiro, elegendo um comitê permanente para dirigir o Partido. Tal comitê possuía duas seções: uma consultiva, formada por Francisco Portela e Virgílio Pessoa, representando o norte da província, Teófilo de Almeida e Santos Werneck, pelo sul; e uma comissão executiva, sediada no Rio de Janeiro, presidida por Silva Jardim, tendo Alberto Torres como secretário e Furquim Werneck como tesoureiro.

Silva Jardim, Alberto Torres, Francisco Portela, Ubaldino do Amaral e César de Azevedo, foram nomeados para outro comitê a fim de redigir a Constituição e de preparar um Manifesto.^{2 3}

Quanto a Província de São Paulo, o período de 1870 – 1889, para a história do Partido Republicano foi uma das mais importantes províncias brasileiras, já que aí desenvolveu-se muito, e foi a única província a ser realmente unificada desde os primeiros anos do movimento republicano. É de grande significação a tentativa feita em janeiro de 1872 para se formar um partido unificado na cidade de São Paulo. A 17 de janeiro, os republicanos da cidade de São Paulo foram convidados à uma reunião em casa de Américo Brasiliense de Almeida Melo; nessa ocasião traçaram as três bases gerais para o Partido na Província. Assim ficou então decidido: em São Paulo o Partido seria independente do centro; no Rio de Janeiro, que uma comissão, a ser nomeada pelos presidentes, convidaria as várias municipalidades para colaborar na organização definitiva do Partido, na Província; e, finalmente, a realização de um congresso provincial para decidir quanto a natureza do Partido.

A comissão era composta por Américo Brasiliense, Campos Sales e Américo de Campos. A esta reunião, não apenas os elementos da Capital compareceram; estavam presentes igualmente representantes de Campinas, Itu, Jundiaí, Amparo.

A comissão deixou claro que o Partido não tinha intenção de empregar meios violentos para promover a mudança de governo. Aliás, cumpre sempre ressaltar que em todas as reformas políticas há sempre dois termos rigorosos – o da revolução, que nada mais é do que a imposição da reforma pela autoridade da força, e o da evolução. Nas Províncias, de forma geral, o preceito evolucionista teve maior número de adeptos, e, em especial, em São Paulo, pelo menos até 1888.

Posteriormente houve uma Convenção, realizada na cidade de Itu, a 18 de abril de 1873, na residência de Carlos de Vasconcelos de Almeida Prado, com representantes de Itu, Jundiaí, Campinas, São Paulo,

(23) **O Paiz**, Rio de Janeiro, novembro 23, 1888; **A República Federal**, Rio de Janeiro, novembro 25, 1888. Convém igualmente frisar que o Manifesto é mais obra de Silva Jardim do que do comitê em geral.

Amparo, Bragança, Mogi Mirim, etc. Não vamos aqui analisar as bases traçadas por esta Convenção, já que este não seria nosso ponto básico de análise, mas, é importante salientarmos que foi apenas no ano de 1876, que pela primeira vez o Partido Republicano de São Paulo entrou em campanhas eleitorais, emergindo assim como um ativo grupo político, não permanecendo apenas como um movimento social óu intelectual.

Como já nos referimos o advento dos liberais no poder, a 5 de janeiro de 1878, criou uma situação dificultosa para os republicanos, já que o novo gabinete formado pelo Visconde de Sinimbu, incluía Lafayette Rodrigues Pereira, um dos signatários do Manifesto de 1870. Aqui em São Paulo, como em toda a parte, a dúvida dos republicanos era decidir se apoiaria o ministério (por causa de Lafayette), ou se apoiaria a este e ao ministério (a fim de acentuar a diferença entre liberais e republicanos). No entanto, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, a atitude dos republicanos tornou claro os pontos defendidos pelo Partido: obviamente houve deserções, mas tanto lá, quanto cá, foi afastado o perigo do Partido Republicano reunir-se aos liberais. Portanto, os acontecimentos de 1878 foram os que definiram mais acentuadamente, o Partido Republicano separado dos liberais, e já em 1880, em maio, o Partido, reunindo-se em Congresso, publicou um Manifesto, pedindo mudanças nas leis de imigração, nas leis eleitorais e nas relações entre a Igreja e o Estado.²⁴

Sem dúvida, fora o ano de 1888 de grande significação para o Partido Republicano da Província de São Paulo; a começar pelo caso ocorrido com a Câmara Municipal de São Borja (Rio Grande do Sul), que em detalhes já analisados no Capítulo III, sendo que, em parte alguma, a petição encontrou maior popularidade do que em São Paulo, onde os Concelhos Municipais de São Simão, São Vicente, São João da Boa Vista, Itatiba e Botucatu, aprovaram petições semelhantes.

Além deste fato, a questão abolicionista, fez com que o Partido Republicano de São Paulo, afastando-se de sua posição anterior, passasse a apreciá-la, sendo daí para frente esta a sua política oficial. Com o 13 de maio, reúne-se em São Paulo um congresso republicano para discutir a política do Partido, bem como outros assuntos, entre os quais, a própria idade avançada e a doença de Pedro II com a grande popularidade adquirida pela Princesa com a Abolição, o Partido define então a sua atitude para com o futuro reinado, num longo Manifesto, o de 24 de Maio, a nosso ver redigido sob forte impacto da movimentação de algumas Câmaras Municipais contra o possível III Reinado, e nitidamente influenciado por Silva Jardim, propondo uma ação mais incisiva e imediata.²⁵ Esse Manifesto conclui dizendo:

(24) A Província de São Paulo, São Paulo, maio 6, 1880.

(25) JARDIM, Antonio da Silva — *Memórias e Viagens*, pág. 91, informa que o Manifesto fora redigido por ele, Américo de Campos e Rangel Pestana.

“Queremos a República como solução mais pronta à crise social. Portanto:

Não podemos receber com simpatias o 3º Reinado do que não é capaz de corresponder nem às aspirações dos conservadores;

Recusamo-lhes qualquer apoio por menos indireto que seja;

Declaramo-nos por todos os meios em franca hostilidade;

Havemos de combatê-lo em todos os terrenos.

No meio da dispersão dos elementos conservadores da sociedade brasileira, o nosso trabalho nesse momento é de integração das forças revolucionárias e conseqüentemente só temos hoje um postulado: a República.

Assim, o Partido Republicano, pelos seus representantes, reunidos em congresso para tornar eficaz esse trabalho de integração das forças revolucionárias resolvem:

I – combater o 3º reinado em todos os terrenos em que as circunstâncias o coloquem;

II – entrar em ação mais vigorosa, combinando todos os esforços e meios de levá-la a efeito – talentos, atividades, recursos pecuniários, simpatias populares, influência da Tribuna da Imprensa e dos “meetings” e levando o exemplo, o auxílio, e a proteção a todos os pontos onde sua ação possa e deva chegar.

III – investir a autoridade diretora do partido de plenos poderes para coordenar esses esforços, levantar e combinar os meios de ação e imprimir na vida do partido mais vigor, mais animação, mais entusiasmo por maior concurso de todas as classes sociais. Trazendo o público a patriótica resolução do congresso dirigimos aos nossos concidadãos esta exortação que condiz com os nossos sentimentos e com os do povo brasileiro.

Cidadãos:

A ação inteligente, bem dirigida, bem combinadas”.²⁶

No entanto, apesar desse Manifesto, permaneciam divergências, facilmente observáveis nos discursos de Campos Sales e Américo Brasiliense, no banquete oferecido a Quintino Bocaiúva, em São Paulo, uma vez que Campos Sales, adota uma posição coerente com os princípios do Manifesto Republicano de 1870, enquanto que Américo Brasiliense, tomaria uma posição mais avançada, deixando claro que se fosse para bem da Pátria e prosperidade do país, se fosse desejável à democracia converter suas forças de tensão em forças vivas, ele estaria ao lado dos partidários da revolução.²⁷

O Partido Republicano cresceu rapidamente a partir de então, apesar da desigualdade de opiniões entre seus representantes.

(26) *A Província*, ano XIV, nº 3948, São Paulo, maio 27, 1888.

(27) Ver os editoriais do jornal “*A Província de São Paulo*”, nos dias 28 (ano XV, nº 4245. *Evolução ou Revolução*), 29 (ano XV, nº 4246 – *Pela Revolução*), e 30 de maio de 1889 (ano XV, nº 4247 – *Revolução?*).

Seria notório observar-se também, que com o correr do tempo, Minas Gerais tornou-se uma província tão republicana quanto São Paulo ou mesmo o Rio de Janeiro, e isto, não porque o Partido tivesse aí maioria esmagadora, mas porque teve melhores oportunidades de êxitos políticos, principalmente devido ao fato de que, entre 1888 e 1889, muitos dos proprietários rurais aderiram ao Partido Republicano, por espírito de vingança. Contudo, apesar das possibilidades do triunfo republicano nesta Província mineira, não é possível dizer-se que essas condições fossem válidas para tornar inevitável um triunfo legal, e não revolucionário como propunha Silva Jardim. E em 1888, na capital mineira, então Ouro Preto, a meio a grandes movimentações republicanas, iniciada com a reunião de junho para a fundação do Partido Republicano da Capital, culminando com o Congresso que ocorreu a 15 de novembro, que João Pinheiro, ao encerrar a sessão, com um brinde ao “champagne”, para não desgostar os “evolucionistas” e os “revolucionário”, definiria a linha do Partido, dizendo: “Meus amigos, o momento é antes de ação do que de palavras e de discussões; saudemos o advento da República pela evolução ou pela revolução!”²⁸

Quanto às Províncias do Norte e ao Espírito Santo, o Partido Republicano às vésperas da proclamação da República, não era nem uma força dominante, nem ameaçadora; a Bahia, não respondeu ao Manifesto de 1870, no sentido de esperanças republicanas, e somente a partir de julho de 1888 é que principiaria um movimento mais ou menos ativo nesse sentido. Nem mesmo a Abolição produziu os desejados efeitos para fortalecer o Partido Republicano. Praticamente a Bahia foi apanhada de surpresa com a derrocada da Monarquia.

Com relação a Sergipe, estava totalmente desorganizado para o estabelecimento da República. A principal força do Partido Republicano estava em Laranjeiras, embora existissem clubes em Estância, Iporanga, Aracaju e Vila Nova; mas, o Partido tinha pouca ou nenhuma influência.

O mesmo poderíamos dizer com referência a Alagoas: jamais um verdadeiro Partido Republicano aí se estabeleceu.

Já em Pernambuco, contamos com tradições republicanas e liberais muito antes mesmo de 1870, sendo de todas as Províncias do Norte, a mais progressista em termos de vida intelectual.

O Partido Republicano de Pernambuco ao fundar o seu Clube em 1871, durou apenas alguns anos, e somente em 1878 é que fora instalado outro. A 11 de dezembro de 1888, foi aprovado e publicado um notável Manifesto, escrito por Aníbal Falcão, no qual os republicanos pernambucanos rompiam com os conceitos expostos no Manifesto de

1870, até então guia do Partido, advogando a adoção do republicanismo ditatorial da escola positivista.²⁹

Foi em fevereiro de 1889, que a diretoria do Partido em Pernambuco, nomeou Aníbal Falcão como delegado à Comissão Republicana Nacional, com instruções para apoiar Silva Jardim na sua pretensão para chefiar o Partido no Brasil. Em junho, todavia, derrotadas suas esperanças, Silva Jardim visitou o Recife, mas não obteve permissão para dirigir-se aos republicanos em público, sendo que a residência onde ele se hospedara foi apedrejada pelos monarquistas.³⁰

Contudo, o movimento republicano em Pernambuco, foi um dos mais fortes de todas as Províncias do Norte, apesar dos republicanos de Recife serem políticos mais teóricos do que práticos, muito embora a influência das idéias de Silva Jardim nesta Província fosse muito sensível.

Quanto a Província do Pará, observamos que desde 1871 há manifestações republicanas através da imprensa, embora de caráter efêmero. Foi somente a partir de 1886, com a fundação, em Belém, do Clube Republicano do Pará, que dar-se-ia o verdadeiro desenvolvimento do movimento republicano, sendo que em agosto de 1889 havia doze clubes republicanos nesta Província.³¹

O Manifesto do Partido do Pará, de 1886, era de caráter positivista, sendo considerado por George Boehrer como a primeira manifestação partidária influenciada pela doutrina positivista.³² Esse Manifesto, claramente faz referência ao emprego de meios revolucionários para extinguir a monarquia. Assim, entre outros aspectos, diria: "Cabe-nos porém a nós, agora e aqui, confessar com franqueza aos nossos concidadãos a convicção em que estamos de que não será em comoção e sem abalo, que há de desaparecer do país o trono dos Césares. Cremos firmemente que há de vir "de baixo" a revolução destinada a quebrar as armas da tirania consagrando os instrumentos da democracia. Nós reconhecemos aos povos o direito à insurreição. Há momentos em que os empeços levantados pelo obscurantismo contra o avanço da engrenagem social, têm de ser removidos pela força das multidões. São fatos naturais da ordem social esses choques chamados revoluções. E a história registra em luzidas páginas essas vitórias das forças progressivas, contra os elementos da reação".³³

(29) O Manifesto de Pernambuco pode ser encontrado em Falcão Aníbal — *Fórmula da Civilização Brasileira. Com um Prefácio Biográfico de Luiz Aníbal Falcão*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1933, págs. 163/167. Quanto ao Manifesto em suas relações com o Partido Nacional, ver págs. 195. Ver também: PESSOA, Reynaldo X. Carneiro — op. cit. pág. 106/113.

(30) PINTO, Otávio — "A visita de Silva Jardim a Goiana". *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, XL, 1945, pág. 246.

(31) *O Correio do Povo*, agosto 14, 1889.

(32) BOEHRER, George C. A. — op. cit., pág. 234.

(33) PESSOA, Reynaldo X. C. — op. cit., pág. 75.

Portanto, o Partido Republicano do Pará, bem como o de Pernambuco, através dos Manifestos demonstravam continuar empenhando firmemente o estandarte revolucionário.

Na Província do Rio Grande do Norte, o Manifesto de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, lido na primeira reunião do Partido Republicano da Província, a 27 de janeiro de 1889, dizia, entre outras coisas que “a República se faria pela revolução incruenta do sufrágio” e “com flores, pela vontade da nação inteira”.³⁴

Quanto às demais Províncias do Norte, o quadro era mais ou menos o mesmo; a revolução de 15 de novembro de 1889 apanhou-os de surpresa: tanto aos republicanos quanto aos partidos tradicionais.

A situação não seria muito diversa para as Províncias do Sul e do Centro-Oeste, com excessão do Rio Grande do Sul; o Partido Republicano não possuía influência suficiente para tornar possível a derrocada da monarquia.

Pode-se pois dizer que o Partido Republicano no Brasil nasceu no Primeiro Clube Republicano do Rio de Janeiro, em 1870 e com a publicação do Manifesto de 3 de dezembro (os grandes responsáveis pelo movimento republicano organizado nas Províncias). Porém, principalmente a partir de 1873, os vários Clubes republicanos provinciais adquiriram uma condição de independência, embora mantendo relações uns com os outros e com o grupo de origem (o do Rio de Janeiro). A própria doutrina do federalismo (que era o ponto básico da plataforma republicana), fomentou tal autonomia dos Partidos nas Províncias. Porém, esse individualismo enfraqueceu o movimento que, de per si, já não era muito importante; daí, com o tempo passando, sentir-se a necessidade da unificação, partindo essa idéia acentuadamente do Rio de Janeiro.

Depois do Congresso de 1887, Aristides Lobo, teria escrito que o Partido seria o mais forte do país, se pudesse unir os vários tipos de republicanos.³⁵

Em março de 1888, Albino Meira, de Pernambuco, diria que o Partido Republicano possuía natureza dupla: era um partido de propaganda, nas Províncias, onde não havia muitos republicanos, e um partido de ação em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.³⁶ A questão era saber se o Partido Nacional seria capaz de resolver essas diferenças e efetuar a unidade.

Não obstante a Constituição, não se realizou outro Congresso Republicano senão em outubro de 1888. A 9 desse mês, representantes do

(34) FERNANDES, Luís. Traços biográficos do Senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. vol. VI, nº 2. Natal, 1908, págs. 248/249.

(35) *O Diário Popular*, São Paulo, agosto 26, 1887.

(36) *A República*, Recife, março 10, 1888.

Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e cidade do Rio, reuniram-se na Capital.³⁷ Tal Congresso nada de notável realizou; a política adotada anteriormente, nesse mesmo ano, pelo Partido de São Paulo foi aceita pelo Partido Nacional.³⁸

Após o Congresso, surgiram dentro das fileiras do Partido sérias divergências que atingiram seu clímax em 1889; Silva Jardim, um dos representantes do Rio de Janeiro, rejeitando o republicanismo pacífico, era favorável ao revolucionário; encontrou barreiras com os líderes mais calmos, menos impetuosos, temerosos de uma guerra civil no país.

A situação na Capital tornara-se muito tensa, e Saldanha Marinho, o chefe do Partido Nacional, com uma posição indecisa queixava-se que a Constituição era inadequada. Pessoalmente, Saldanha Marinho era favorável a Silva Jardim, apoiando-o em vários de seus atos, mas recusava a comprometer-se.³⁹ Por outro lado, Saldanha Marinho era amigo de Quintino Bocaiúva, com o qual trabalhara desde a fundação do Partido.

A 30 de dezembro de 1888, Silva Jardim convocou um comício na Sociedade Francesa de Ginástica, no Rio de Janeiro; mas como seus discursos já eram sobejamente conhecidos por serem extremamente inflamados, o Conselho Federal recusou-se a sancioná-lo. O comício foi atacado e Silva Jardim quase assassinado. Em decorrência, a 5 de janeiro de 1889, Silva Jardim enviou ao Partido e à Nação uma Carta na qual repudiava a política da ala conservadora republicana. Os republicanos de Pernambuco apoiavam agora, mais do que nunca, ativamente, Silva Jardim como líder supremo da causa republicana.

Nesse meio tempo, Saldanha Marinho, já velho, delegara seus poderes a Quintino Bocaiúva, que assumia então a direção do Partido, recusando-se abertamente (para bem do Partido), aceitar qualquer responsabilidade pelas atividades de Silva Jardim.⁴⁰

A situação interna do Partido era pois esta, até o Congresso Republicano de maio de 1889, desta vez realizado em São Paulo. Ao reunir-se o Congresso o Conselho Federal pediu demissão; como nenhum dos presentes pudesse se responsabilizar pela situação, o Conselho Federal

(37) Assistiram ao Congresso, Saldanha Marinho, Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, Ubaldino do Amaral, Aristides Lobo, Campos Sales, Francisco Glicério, Sampaio Ferraz, Pedro José Fernandes Medina, Eugênio Aurélio Brandão do Vale, João de Loiola e Silva, e outros. Ver: *Almanaque Republicano*, Rio de Janeiro, Imprensa Mont'Alverne, 1889, págs. 151/152.

(38) *Idem*, pág. 118/119.

(39) Joaquim Saldanha Marinho a Francisco Glicério, Rio de Janeiro, outubro 21, 1888. Papéis de Saldanha Marinho, XIV, 41-48, apud Boehrer, George C. A., op. cit., pág. 199.

(40) BUARQUE, Felício — *Origens Republicanas. Estudos de Gênese Política em referência ao livro do sr. Afonso Celso. O Imperador no Exílio*. Recife, s/e., 1891, págs. 61/62.

foi abolido, sendo Quintino Bocaiúva, conseqüentemente, investido na chefia do Partido Republicano Nacional.

Esta eleição representou a mais dura crise do Partido, pois significava o poder em mãos dos elementos mais conservadores do Partido. "Esta eleição constituía, aliás, a vitória dos grupos moderados do partido em oposição aos grupos radicais, dos quais o mais importante era o Silva Jardim, o qual se recusou a reconhecer a nova direção, rompendo afinal com o mesmo. (...) Parafrazeando um velho aforisma, poder-se-ia afirmar: cada republicano, cada sentença. A idéia que sustentava a todos era simplesmente a República. Em tudo o mais divergiam."⁴¹

Com a recusa de Silva Jardim e seus adeptos de reconhecer Quintino Bocaiúva como chefe do Partido, resolveu o propagandista fluminense publicar, a 28 de maio, um longo Manifesto,⁴² rompendo abertamente com o Partido conduzido por Quintino Bocaiúva.⁴³

Excetuando-se Aníbal Falcão⁴⁴ e os pernambucanos, os seguidores de Silva Jardim foram abandonando-o pouco a pouco; no entanto, ele persiste, certo de que só haveria um meio de reformar o país: "de baixo para o alto, a reforma pela Revolução..."⁴⁵

Acreditava, pois, Silva Jardim, que a Revolução, politicamente falando, deveria ser o levantamento em massa de um país ou de parte dele, tendo por fim derrubar uma instituição política, mesmo que a nação inteira não apoiasse a manifestação. Os meios poderiam ser os mais diversos: desde os pronunciamentos nas ruas, nos parlamentos bem como através de panfletos, pela imprensa, com armas no campo de batalha, pela intimação firme ao chefe de Estado.

E em nossa História, nos dizia ele, possuímos inúmeros exemplos de revolução armada (referia-se aos movimentos de 1817, 1847, bem como o de 7 de abril, uma vez que, com relação a este último, se houvesse necessidade, também teria sido sustentado pela força armada).

(41) Cf. BASBAUM, L., — *História Sincera da República*. São Paulo, 1962, vol. I, pág. 326.

(42) JARDIM, Antonio da Silva — *A Situação Republicana (Questão da Chefia do Partido)*. Manifestos e artigos publicados na "Gazeta de Notícias" em maio e junho de 1889. Tip. da Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1889, págs. 5 a 8.

(43) "...A prova de que Silva Jardim conta nesta capital muitos amigos e admiradores sinceros, é que ao saber-se ontem do seu Manifesto na Gazeta de Notícias, foi tal a procura d'esta folha, que se vendeu a Gazeta a 100 réis, quando o preço ordinário é de 60 réis, e muitas pessoas viram-se, ainda assim, privadas da aquisição da Gazeta, devido a insuficiência do número para esta capital; às 9 horas, não havia mais um exemplar pelas ruas... Um chefe impõe-se, não se elege". "Gazeta de Notícias", ano XV, nº 152, Rio de Janeiro, junho 1º, 1889, pág. 3.

(44) JARDIM, Antonio da Silva — *A Situação Republicana (Questão da Chefia do Partido)*, pág. 19 a 21.

(45) JARDIM, Antonio da Silva — *Salvação da Pátria (Governo Republicano) Segundo Opúsculo (Suplementar)*. A Revolução. págs. 13/14.

Apesar de lembrar estes fatos, é bem claro e objetivo quando afirma que não aconselhava morticínios, e que apenas de última necessidade os aceitaria, e mesmo assim para os compatriotas indígno.

O aspecto mais importante para ele desta Revolução, era a sua certeza de que a Monarquia não possuía mais defensores, a não ser os próprios elementos da família imperial, e estes mesmos sem fé em sua própria causa. Daí a necessidade de que a idéia se alastrasse pelo país inteiro, não só através da imprensa ou da tribuna, mas principalmente pelo voto contrário à Monarquia, para que ninguém vacilasse diante da violência, se ela viesse a surgir.⁴⁶

O importante para Silva Jardim era mostrar às camadas populares, que nada mais se podendo esperar da monarquia, que se finava na ancianidade de Pedro II, a alma moça do Brasil deveria voltar esperanças e ardente para a República, com a derrubada de todas as arcaicas instituições políticas vigentes ainda desta doente Monarquia.

Sua propaganda era, como aliás já nos referimos, aberta, pregando seu grande ideal sem temor perante quem quer que fosse; não usava de subterfúgios, nem de processos menos dignos de um homem idealista. Trabalhava sem desfalecimentos pela implantação do novo regime, movido apenas pelo seu patriotismo.

Querida, em verdade, pugnando pela República Brasileira, estabelecida conforme explanação do Manifesto do Partido Republicano de Pernambuco, organizar a legislação de acordo com as conveniências das diversas porções territoriais da Pátria, visando especificamente a liberdade espiritual, religiosa, intelectual, bem como a nobilitação de todo trabalho.⁴⁷

É fácil observar-se que essa linha revolucionária atingiu de modo mais acentuado as camadas urbanas da população nas faixas etárias mais jovens, com penetração sensível na intelectualidade brasileira da época. Os fundamentos ideológicos eram nitidamente de influência positivista, e estão contidos nos pronunciamentos de Silva Jardim⁴⁸ e

(46) JARDIM, Antonio da Silva — **Salvação da Pátria (Governo Republicano) Segundo Opúsculo (Suplementar)**. A Revolução. págs. 13/14.

(47) JARDIM, Antonio da Silva — **Carta Política ao País e ao Partido Republicano**. op. cit., pág. 28/29.

(48) Além das obras mencionadas, encontramos também doutrinação nas: "**A República no Brasil**". (Compêndios de teorias e apreciações políticas destinadas à propaganda republicana). Imprensa Mont'Alverne. Rio de Janeiro, 1888; "**Pela República contra a Monarquia**". Conferências populares realizadas no Salão da Sociedade Francesa de Ginástica aos 23 e aos 30 de dezembro de 1888, em resposta aos artigos do Dr. Joaquim Nabuco no "**País contra a Propaganda Republicana**". Tip. da Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1889; e o Discurso publicado sob o título "**Política Republicana Revolucionária**", no jornal "**A Província**", ano XV. n.º 4208. São Paulo, 12 de abril de 1889, (este discurso foi pronunciado por Silva Jardim num banquete que lhe foi oferecido a 7 de abril de 1888).

individualidade social. E diria mais: “É urgente desenvolver a simpatia pelo proletário, especialmente preto, como mais infeliz, e bater as leis coercitivas do trabalho, harmonizando o proprietário e o trabalhador, aconselhando-se a este a submissão inteligente, que não exclui a independência...”

... Porque a República não é uma palavra: é a realização do regime do bem público. E o bem público é, hoje principalmente, o bem dos mais infelizes: — do Povo”.⁵³

Com isso tentava demonstrar que a República, para os brasileiros, sempre existiu nas lutas pelas reivindicações populares, no esforço de explicar a altura e o significado das conquistas avançadas do Liberalismo universal, no arrojo de mostrar a imediata urgência da instituição de Leis Liberais, nas contendas da Imprensa esclarecendo as disparidades existentes, nas oposições reafirmadas da Tribuna parlamentar, nas próprias substituições repentinas dos Gabinetes, no trabalho penoso de pregação através de múltiplas reações, na Propaganda feita em todos os lugares desde o Parlamento, nas interpretações e versões dos Tribunais, na resignação enfrentando os caprichos do Poder, nas discórdias e nas perseguições veladas, e, em muitas outras demonstrações de superioridade e resistência em que a presença de Silva Jardim nunca faltou cheia de altruísmo, como um estímulo e como um verdadeiro estandarte em todas as oportunidades.

Facilmente, pois, pode-se observar em todas as manifestações de Silva Jardim, a sua preocupação numa melhor distribuição da propriedade territorial, num melhor regime representativo e numa codificação civil, política e internacional de acordo com o progresso da Pátria. Para atingir esse ponto, propunha o meio revolucionário, bem como que os velhos chefes tivessem a necessária coragem de abnegar, confessando que estavam despreparados, pela fatalidade das circunstâncias, de assumir cargos, já que os moços, ou as naturezas eternamente jovens, é que realmente poderiam assumir a direção das lutas populares, que, sem dúvida alguma, de uma vez por todas invalidaria para sempre o regime da tirania.⁵⁴ Acima de tudo, deixava igualmente sempre claro, a necessidade de manter “o direito de reunião e a liberdade da palavra”, para assegurar a “Verdade, a Razão, a Justiça, a causa da Família, a causa da Pátria, a causa da Humanidade”.⁵⁵

Realmente estava convencido em seguir a divisa dos lutadores: “Vencer ou Morrer !”

(53) JARDIM, Antonio da Silva — Manifesto — Silva Jardim ao País e ao Partido Republicano, Rio de Janeiro, junho 4, 1889, pág. 16.

(54) JARDIM, Antonio da Silva — Manifesto, Silva Jardim ao País ao Partido Republicano, op. cit., pág. 16 e seguintes.

(55) JARDIM, Antonio da Silva — Carta Política ao País e ao Partido Republicano, pág. 16.